

# NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE NORMATIVA, CONCEITUAL E PRÁTICA DOS MONTES VICINAIS EM MÃO COMUM GALEGOS E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

Roseni Aparecida de Moura  
José Ambrósio Ferreira Neto  
Maria do Mar Perez Fra  
Ana Isabel Garcia Arias

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise comparativa das novas perspectivas para o desenvolvimento rural no Brasil e na Espanha, considerando para tanto, os casos dos Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) e das Reservas Extrativistas (Resex) pertencentes, respectivamente, à Galícia, Comunidade no norte espanhol e a Amazônia brasileira. Essas áreas apresentam um modelo de organização da posse da terra e da produção baseado na propriedade coletiva. Os dados e discussões que serão apresentados são baseados em entrevistas com usuários de 07 Comunidades de Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) situados na província de Lugo - Galícia. Em relação ao caso brasileiro, a pesquisa foi realizada na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no Estado do Acre. Conceitualmente, os MVMC podem ser definidos como sendo uma figura jurídica de natureza privada, pertencentes a um grupo de moradores na qualidade de grupos sociais, residentes nas proximidades destas áreas. Já as Resex (s) são áreas de domínio público sendo o uso concedido às populações tradicionais com regulação específica e gerido por conselho deliberativo.

Por se tratar de contextos distintos, nos quais as regiões estudadas apresentam muitas diferenças em termos de configurações históricas, produtivas e espaciais, a contribuição deste trabalho consiste em colaborar com o debate contemporâneo acerca do desenvolvimento rural, incor-

porando a esta discussão o tema do uso comum da terra e dos recursos naturais.

O trabalho desenvolvido visou responder à seguinte questão: Como o processo de desenvolvimento rural, envolvendo realidades permeadas pela apropriação e utilização de recursos comuns e com foco na sustentabilidade ambiental, implica na construção de arranjos normativos, conceituais e práticos específicos?

Diante disso, neste estudo, a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, tomada inclusive como categoria analítica, foi abordada de forma sistêmica, combinando dimensões econômicas, sociais e ambientais com vista à exploração de recursos naturais. Assim, a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável envolve processos articulados que visam introduzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito dos espaços rurais, com vista à melhoria de renda, qualidade de vida e bem-estar das populações rurais. Ou seja, ampliação permanente das liberdades substantivas (acesso à educação, saúde, segurança e direitos civis) dos indivíduos e articulação entre meio ambiente, estruturas sociais e institucionais, e assim ampliando suas capacidades e suas efetivações. (SEN, 2000; FAVARETO, 2007; SCHNEIDER, 2011).

Objetivamente, buscou-se verificar a existência de congruência e divergências entre as dimensões normativa, conceitual e prática nas duas modalidades de arranjo social de uso de recursos comuns, os Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) e as Reservas Extrativistas.

## 2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para o caso Espanhol, foram pesquisas bibliográficas, coleta de dados secundários em sites oficiais, participação em palestras e eventos relacionados aos MVMC, entrevistas semiestruturadas com usuários de 07 Comunidades de Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) situados na província de Lugo - Galícia, totalizando 55 entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2014. Já em relação ao caso brasileiro, a pesquisa foi realizada na Reserva Extrativis-

ta Riozinho da Liberdade, no Estado do Acre. Os dados foram coletados em dois momentos distintos. O primeiro deles foi mediante aplicação de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), realizadas no mês de maio de 2013, e, de forma específica, em entrevistas com moradores da Unidade de Conservação, realizadas em fevereiro de 2015, totalizando 30 entrevistas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das realidades dos MVMC galegos e da Resex Riozinho da Liberdade, para este artigo, os aspectos que serão abordados consistem nas simetrias conceituais e práticas em relação à importância econômica dos recursos naturais, os fluxos de usuários, as formas de uso e apropriação do território e aspectos ambientais evidenciados nesses dois arranjos, discutindo suas especificidades, formas de articulação e de apropriação dos recursos comuns em contextos distintos. Como forma de facilitar a compreensão destas questões, o Quadro 01 sintetiza as dimensões que serão analisadas, de modo que se possa estabelecer as similitudes e diferenças em relação às duas realidades.

O reconhecimento de uma área como MVMC ou a implementação das Reservas Extrativistas, consistem em ações de legitimação do direito ao uso do território a um grupo específico de usuários. Ainda que o processo formal de acesso se estabeleça de forma diferenciada, uma vez que, no caso dos MVMC propriedade coletiva já era historicamente legitimada, originada do tipo de propriedade germânica<sup>1</sup>, diferentemente dos casos das Resex (s) no Brasil, os quais a propriedade coletiva foi inserida por meio da intervenção do Estado. Na Galícia a regulamentação do processo de classificação das áreas, se dá de forma menos complexa já que se tra-

---

<sup>1</sup> As comunidades germânicas historicamente caracterizavam-se por serem nômades, sendo que as propriedades da terra pertenciam a todo o Clã. Seus membros poderiam usufruir algumas áreas, de maneira que para atender determinadas necessidades coletivas, os bosques, pastos eram explorados de forma comunitária. Em relação às atividades econômicas, destacava-se a agricultura (trigo, cevada, centeio e legumes). Já as comunidades Romanas baseavam-se numa organização social desigual, através de diferentes classes.

Quadro 01. Similitudes e diferenças nos arranjos sociais e formas de uso dos recursos naturais nos MVMC e na Resex Riozinho da Liberdade, 2016		
DIMENSÕES	MVMC	RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE
OBJETIVOS	Reconhecer o direito de uso de um território a um grupo específico.	
APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Importância econômica dos Recursos Naturais	
	Disputa por recursos naturais	
	Não possui dependência primária dos recursos do território	Possui dependência primária dos recursos do território
FLUXO DE USUÁRIOS	Muito intenso - devido a legislação	Pouco intenso - devido ao papel regulador do Estado
USO DO TERRITÓRIO	Moradia nas proximidades da área coletiva; Atividades pecuárias; Parques eólicos; Linha de transmissão; Floresta plantada; Terceirização dos serviços a empresas privadas	Moradia dentro dos limites da área coletiva; Agricultura e pecuária de autoconsumo; extrativismo vegetal e animal e artesanato.
ASPECTOS AMBIENTAIS	Possui ações em relação à questão ambiental	Surge como proposta de uma política de conservação Ambiental
Fonte: Elaborada pelos autores, 2016.		

ta apenas de reconhecer que aquela área foi em determinado contexto histórico um MVMC. No Brasil, o processo tem maior complexidade, pois trata-se da constituição de um novo arranjo coletivo que envolve outras questões, como política de conservação dos recursos naturais, desapropriação de terras e outros aspectos legais. Como argumenta Marey-Pérez et al (2010) os MVMC pela sua natureza e seu tamanho, podem desempenhar um papel importante no contexto rural a que pertencem, pois são praticamente as únicas áreas rurais na Galícia com grandes dimensões que permitem uma gestão sustentável com capacidade de abarcar políticas de desenvolvimento rural.

Do mesmo modo, as Resex são também uma inovação nas formas de uso tanto da terra quanto de seus recursos naturais. Assim, as demandas por criação das Unidades de Conservação tem forte influência da neces-

sidade da criação de uma estratégia ambiental de conservação da biodiversidade. Como argumenta Sawyer (2012) as Resex se inserem numa nova perspectiva de desenvolvimento na qual os componentes da noção de sustentabilidade não são apenas o rendimento monetário dos produtos. Ao contrário, esse componente monetário é visto como uma parte de uma gama de atividades que geram benefícios reais às famílias envolvidas, embora sejam invisíveis do ponto de vista do mercado. Como assegura o autor o arranjo de uso coletivo deve se referir-se a um grupo específico em que a proposta visa garantir as condições suficientes para a reprodução das famílias e da própria unidade produtiva, mudando o foco da valoração ambiental notadamente relacionado ao custo de oportunidade para a cobertura do custo social, que, em última instância, também cobre a conservação ambiental.

Um ponto em comum entre as duas realidades é a importância econômica dos recursos naturais. Ou seja, em ambos os casos os recursos naturais são vistos como um elemento econômico. Ainda que a apropriação deste recurso se dê de forma diferenciada, haja vista, que no caso da Resex é o próprio usuário que retira os produtos extrativistas numa apropriação direta, nos MVMC este direito pode ser transferido a terceiros, delineando uma apropriação indireta, como por exemplo, a retirada da madeira que pode ser realizada por empresas privadas. De todos os modos, o elemento econômico está presente nas duas realidades, e, exatamente por ter um valor econômico é que se identifica nos dois casos uma disputa por recursos naturais. O que se observa é que os usuários dos MVMC desejam, sobretudo, o controle da terra, com vista à obtenção de ganhos monetários, seja pelo arrendamento da área coletiva, concessão de uso para empresas privadas ou venda da madeira. Já na Resex o importante é o território de onde os usuários coletam e produzem de diferentes recursos tais como, frutos, peixes, produtos agrícolas e animais como forma de garantir seus meios de vida. É nesta perspectiva que LOPES (S/D) argumenta que os MVMC contribuem para desenvolvimento local, à medida que configuram novas alternativas de renda para os usuários. Do mesmo modo, SAWYER (2013) aponta as reservas extrativistas como instrumento de desenvolvi-

mento sustentável pela capacidade que possuem de envolver as comunidades nos mecanismos de gestão dos usos dos recursos naturais.

Outra questão a ser observada na comparação entre os MVMC e as reservas extrativista se refere ao fluxo de usuários. As condições de fluxo de usuários são impactadas diretamente pelo tipo de regulamentação existente em cada território, essas regulamentações podem ser formais e informais. No caso das regulamentações formais, as normas e regras são implementadas pelo Estado ou por instituições já consolidadas nos territórios, essas podem interferir nas práticas e nos costumes tradicionais em relação à apropriação desses espaços. Já as regras informais nascem no cerne da vivência e do cotidiano dos usuários, e também possuem seu grau de influência na realidade local. Significa dizer que, de acordo com o rigor dessas normas, sejam elas formais ou informais, se tem um maior ou menor fluxo de usuários. Assim, no caso galego, este fluxo é impulsionado pela própria legislação, uma vez que a condição de usuário do MVMC se dá pelo fato do indivíduo residir nas proximidades da área comunal. Esta situação intensifica o fluxo, uma vez que pode haver grandes oscilações na chegada e saída de moradores. Já na Resex, a entrada de novos usuários possui restrições, pois a política de Unidade de Conservação de Uso Sustentável visa garantir que o beneficiário seja a população que já utilizava e morava neste território, entendida como populações extrativistas ou tradicionais, as quais possuem laços de ancestralidade com as áreas dessas unidades. Assim, pode-se dizer que no caso da Resex o fluxo de entrada é menos intenso. Já no que diz respeito ao fluxo de saída em ambas as realidades existem regulamentações que preveem afastamentos temporários desde que justificado, a ausência por mais de um ano sem justificativa determina a perda do direito de uso. De todo modo, nas duas realidades a saída ou a exclusão de usuários é menos comum do que a entrada de novos usuários.

É importante ressaltar que a multifuncionalidade das áreas rurais é outro enfoque presente nas abordagens de desenvolvimento rural. Assim, não raro, encontraram-se MVMC ocupados por linhas de transmissões e parques eólicos, empreendimento rurais como rotas de caminhadas, ob-

servação de paisagens que oferecem retornos financeiros aos grupos de usuários através de concessão de uso às empresas ou, em alguns casos exploradas pelos próprios usuários. Ou seja, configuram-se em novas formas de interpretar o rural. A própria perspectiva desse tipo de atividade, como afirma Abramovay (2014), já se considera dentro dos arranjos do desenvolvimento rural sustentável, que dentre outras funções insere um conjunto de mudanças nas matrizes energéticas clássicas, substituindo-as por matrizes energéticas mais limpas. Além disso, é importante lembrar que os recursos dos MVMC são revertidos em benefícios coletivos, como organização de festas típicas dos povoados ou algumas infraestruturas, a exemplo, manutenção de estradas. Contudo, as demandas dos indivíduos na realidade galega são diferentes daquelas que se encontram na reserva extrativista brasileira. Na Galícia, o benefício financeiro se reverte para a coletividade, ainda que seja por exigências determinadas na legislação. Já nas reservas por conta das demandas primárias, é possível perceber as apropriações dos recursos naturais de forma mais individualizada. Apesar de algumas similitudes, os desafios enfrentados pela Resex são um pouco diferentes dos MVMC, pois enfrenta a luta contra os desequilíbrios sociais relacionadas diretamente com a ausência de instituições do Estado.

Em relação aos aspectos ambientais, nas duas áreas existem medidas de conservação. As áreas de MVMC se apresentam com grande extensão territorial, o que possibilita a realização de serviços ambientais, como conversação de nascentes, remanescentes florestais autóctones, refúgio de vida silvestre etc. Além disso, nota-se que começa a emergir nestas realidades usos ambientais relacionados a questões de lazer. No caso brasileiro a criação das reservas extrativistas surge no âmbito de uma Política de Conservação Ambiental, e, portanto, as restrições relativas ao uso do território possuem amplitudes maiores. Ainda que seja um avanço na legislação ambiental brasileira esta política precisa reconhecer que faz parte deste desenvolvimento garantir oportunidades econômicas, políticas, sociais de forma conjugadas para que se atinja seu objetivo primordial. No caso brasileiro, como argumenta Fearnside (2002) converter serviços como a manutenção da biodiversidade, o armazenamento de

carbono e a ciclagem de água em fluxos monetários, que possam apoiar uma população de “guardiões da floresta”, exige cruzar uma série de obstáculos, dentre eles, como converter os serviços ambientais da floresta em um fluxo de renda, centrado numa base para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste trabalho propõe-se uma agenda de pesquisa. Em relação aos MVMC é necessário estender o trabalho realizado a outras regiões da Galícia, devido ao fato de existirem Comunidades de Montes inseridas em outras dinâmicas territoriais tanto galegas quanto de outras comunidades espanhola. Esta questão também deve ser trabalhada no caso brasileiro, ou seja, estender esta mesma abordagem a outras categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Resex Marinhas, Florestas Nacionais (Flonas) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Outra possibilidade de pesquisa seria uma análise pormenorizada das potencialidades econômicas dos produtos florestais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Existe também a necessidade de uma análise mais aprofundada em relação às tipologias de conflitos envolvendo os MVMC e em relação aos novos usos, tais como, os ambientais, ou ainda, os vinculados ao lazer que começam a emergir nas áreas mais povoadas da Galícia. Considerando as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, existe uma carência de estudos relacionados ao entendimento das cadeias produtivas e aos pagamentos por serviços ambientais.

Considerando tanto os MVMC galegos, quanto das Resex brasileiras, buscou-se demonstrar neste trabalho a importância da garantia do acesso à terra para liberdade e autonomia do grupo de usuários. Ou seja, os dois formatos possibilitam a ampliação das liberdades na concepção de Amartya Sen.

O trabalho demonstrou que existe uma importância econômica dos recursos naturais. Isto é, os recursos naturais são percebidos como elemen-



tos econômicos, sendo que, tal consideração influencia diretamente na interação cotidiana do grupo de usuários.

Diante do exposto, em que se evidenciou nos arranjos dos MVMC e da Resex, diferentes alternativas de renda, possibilidade de manutenção da população no meio rural, bem como, uma multifuncionalidade referente aos usos conjugada com a valorização da questão ambiental, conclui-se que estas realidades estão inseridas nas novas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável, embora se tenha apurado algumas fragilidades.

## 5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações para que se democratize o acesso à energia, sem ampliar as emissões. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n.3, p. 01-18, Sept. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000300002&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300002&lng=en&nrn=iso)>. access on 03 June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300002>.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**, São Paulo: Inglu: FAPESP, 2007.
- FEARNSIDE. P. M. **Serviços ambientais como uso sustentável de recursos naturais na Amazônia** - [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/mss%20and%20in%20press/E-SER-inpa-4.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/E-SER-inpa-4.pdf). Philip M. Fearnside Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) C.P. 478 9011-970 Manaus-Amazonas, junho de 2002
- LOPES J.R. **Commonlands and Local Development in Northern Iberian Peninsula**. <<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/7194/719.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 jun/2016. S/D
- MAREY-PÉREZ, M. F., I. Gómez-Vázquez and E. Díaz-Varela. Different approaches to the social vision of communal land management: the case of Galicia (Spain). **Spanish Journal of Agricultural Research**. p.848-863. 2010
- SAWYER, D. Dramas of the Commons in Brazil. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 3, n. 2, p. 257-274, jul/dez 2012

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

---

Agência Financiadora da Pesquisa: Capes

Banca: Ana Cabana Iglesia, José Ambrósio Ferreira Neto, Ana Isabel García Arias, Maria de Mar Pérez Fra, Marcelo Leles Romarco de Oliveira, Sheila Maria Doula, Pablo Murta Baião Albino